

Proteção social não contributiva sob a perspectiva da infância e da equidade: Tunísia¹

Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG)

A Tunísia é um país de renda média-baixa localizado no Norte da África, na fronteira com a Líbia, a Argélia e o Mar Mediterrâneo. Em 2016, sua população total era de 11,4 milhões de pessoas, das quais 28 por cento eram menores de 18 anos e 9 por cento menores de 5 anos. Com um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,725, acima da média de 0,704 da região do Oriente Médio e Norte da África (MENA), a Tunísia ocupa a 97ª posição entre os 188 países. O país é caracterizado por uma grande disparidade entre as regiões costeiras e interior, refletida em taxas de pobreza e de insegurança alimentar significativamente mais altas nas zonas rurais e no leste.

Após a revolução de 2011, a Tunísia iniciou um processo de reconstrução do Estado e ainda enfrenta grandes desafios econômicos e de segurança. Conflitos na Líbia e na Síria comprometeram ainda mais a estabilidade do país. A tensão social também é sustentada pela desigualdade de renda.

A incidência de pobreza é alta entre as crianças da Tunísia, e outras privações no desenvolvimento infantil ou acesso a serviços básicos prevalecem: as taxas de pobreza infantil de 27,1 por cento (em 2015) são significativamente mais altas que a média nacional, de 15,2 por cento. Além disso, 52,4 por cento de todas as crianças sofrem de pelo menos uma privação. A matrícula escolar para crianças aos 6 anos de idade é praticamente universal (99,4 por cento). Não existem diferenças significativas de gênero no ensino fundamental. Entretanto, o risco de desistência no ensino médio é quase o dobro para meninos em relação às meninas.

O sistema de proteção social da Tunísia é um dos mais abrangentes da região. Inclui benefícios contributivos e não contributivos e políticas de mercado de trabalho. A segurança social tem sido uma prioridade nacional no país. O governo apoiou discussões sobre justiça social e um novo contrato social entre trabalhadores, empregadores e o governo. Esse acordo incluiu o direito a um salário mínimo para as pessoas mais vulneráveis, assim como uma revisão do sistema de contribuição da previdência social, para torná-lo mais sustentável financeiramente, sem comprometer os benefícios.

O sistema não contributivo da Tunísia está sob a tutela do Ministério de Assuntos Sociais, mas importantes programas de assistência social são implementados em cooperação com os Ministérios da Educação e da Saúde. No total, há cinco principais programas não contributivos, excluídos os subsídios universais de alimentos e energia. Eles variam muito em suas características, mas, em maioria, a estrutura dos benefícios e as condições levam em consideração as necessidades das famílias com crianças.

O principal programa de transferência de renda da Tunísia é o *Programme National d'Aide aux Familles Nécessiteuses* (PNAFN). Criado em 1986 como um programa de transferência de renda não condicional mensal, o PNAFN é direcionado a pessoas incapazes de trabalhar em razão da idade avançada, deficiência ou doença crônica e àqueles que não podem ser sustentados por suas famílias. O programa também envolve a distribuição de cartões para serviços de saúde gratuitos — *Assistance Médicale Gratuite* (AMG I). O número de beneficiários aumentou em 70 por cento desde a revolução de 2011, alcançando, aproximadamente, 230.000 famílias em 2015.

O *Programme d'Allocations Scolaires* — um programa de transferência de renda mensal adicional para as famílias do PNAFN com crianças em idade escolar — foi introduzido em 2007 e visa apoiar o acesso das crianças à educação. Até o fim de 2013, quase 80.000 receberam o subsídio escolar.

O orçamento do PNAFN corresponde a 0,4 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) — bastante pequeno se comparado com os gastos públicos em subsídios universais de alimentos e energia. Os subsídios aos preços



da energia representaram 2,8 por cento do PIB, em 2016. E com os subsídios de alimentos, eles estão em vigor desde os anos de 1970. No entanto, são criticados por serem onerosos e ineficientes para redução da pobreza, beneficiando desproporcionalmente as camadas mais ricas da sociedade. Assim, o Banco Mundial sugeriu que os subsídios fossem substituídos por programas de assistência social focalizados.

O Ministério da Educação é responsável pela implementação do *Back-to-School Education Benefit* (BTS), um programa de transferência de renda que auxilia estudantes de baixa renda no início do ano escolar. Em 2014-2015, aproximadamente, 373.000 alunos e estudantes universitários beneficiaram-se dessa transferência.

O programa de proteção social não contributivo com a maior abrangência na Tunísia é o *Assistance Médicale Gratuite* (AMG), que vem garantindo taxas reduzidas (AMG II) ou isenção total das taxas (AMG I) para o uso de serviços de saúde em centros de saúde públicos desde 1998. Desde 2015, o AMG I engloba todas as famílias beneficiárias do PNAFN. O AMG II atende a 620.000 famílias tunisianas, segundo dados de 2016. A seleção para esse programa é fundamentada na renda da família. O cartão AMG II fornece acesso a taxas reduzidas em centros de saúde públicos por uma contribuição fixa anual.

O programa de alimentação escolar (*National School Meals Programme*) foi lançado em 1997 e fornece alimentação saudável com o objetivo de melhorar o estado nutricional das crianças, estabilizar a frequência escolar e evitar o abandono, particularmente nas áreas rurais. Além disso, o programa fomenta grupos de pequenos agricultores locais e apoia a educação nutricional e ambiental. Em 2016, 240.000 crianças foram atendidas.

Assim como em muitos países da região, uma das principais questões do sistema de proteção social da Tunísia são seus extensos subsídios universais de alimentos e energia, que favorecem desproporcionalmente famílias não pobres. Outros programas de proteção social, entretanto, são concebidos especificamente para famílias pobres com crianças. Até agora, o impacto desses programas no bem-estar das crianças foi analisado por poucas avaliações.

Nota:

1. Este *One Pager* foi retirado de um estudo detalhado, resultante de uma parceria entre o IPC-IG e a UNICEF MENARO. Todos os dados mencionados estão completamente referenciados no relatório completo: MACHADO, A. C., BILO, R., OSORIO, R. e SOARES, F. *Overview of Non-contributory Social Protection Programmes in the Middle East and North Africa (MENA) Region through a Child and Equity Lens*. Brasília e Amã: International Policy Centre for Inclusive Growth e UNICEF Regional Office for the Middle East and North Africa, 2018 <<https://goo.gl/QfmKwK>>.